

Omissão de Café leva Goiás a um "Ato Histórico"

O problema da imediata desapropriação da área em que se localizaria a nova Capital brasileira no Planalto Central goiano se constitui a maior preocupação do Marechal José Pessoa, já que estava de posse da decisão da Comissão de Localização sobre o sítio eleito (o "Castanho") para nele se construir a cidade-capital e, bem assim, a área delimitada para servir de território ao novo Distrito Federal. Temia o Marechal, com muita propriedade, sobre a desenfreada especulação imobiliária que se daria na área logo que o resultado fosse divulgado.

Assim, um dia após ter a decisão sobre a área territorial escolhida para a nova Capital, José Pessoa propõe, a 27 de abril de 55, ao Presidente Café Filho a imediata desapropriação daquele território, através de decreto. Café Filho fica indeciso e, depois de ouvir o Consultor Temístocles Cavalcanti, confessa, um dia depois, ao Marechal da impossibilidade de assinar o decreto de desapropriação.

O Marechal Pessoa ficou deveras desapontado com a omissão de Café Filho. Homem inteligente e firme nas suas convicções, o Marechal busca encontrar uma solução alternativa, sem desrespeito ao Presidente da República. E, num passo de magia, um dia depois já se encontra em Goiânia, onde pretende encontrar com o Governador José (Juca) Ludovico de Almeida uma solução para o problema da desapropriação.

Em menos de 24 horas, o governante goiano, depois de ouvir ao longo de uma noite e madrugada, as figuras mais representativas dos três poderes estaduais, baixa decreto desapropriando a área indicada, às expensas do arário estadual e tornando-o público numa reunião memorável, no Palácio das Esmeraldas, na noite do feriado de primeiro de maio de 55.

A partir daí, a contribuição de José Ludovico de Almeida e todas as autoridades goianas foi inextinguível no atendimento a todas as solicitações do Marechal Pessoa, culminando com a criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, que se incumbiu de aquisição das terras.

E, enquanto isto, o grande apóstolo do movimento mudancista que foi José Pessoa se desdobrava agilizandando uma série de outras providências e fazendo, com a sua habilidade e talento, uma ampla campanha de conscientização nacional, pela imprensa, em favor da mudança da Capital, o que granjeou a simpatia da opinião pública para o magno problema nacional.

OMISSÃO DE CAFÉ

Com base nas resoluções da Comissão até 26 de abril, o Marechal José Pessoa tem, assim, em mãos, a decisão de que o Sítio Castanho (então conhecida pelos rios Torto, Bananal e Paraná, onde hoje se localiza o Plano Piloto de Brasília) seria o local para a edificação da nova Capital do Brasil e que, em seu arredor, a área delimitada de 5.850 quilômetros quadrados, entre os paralelos 15º e 20º e 160º e 02º seria o território do futuro Distrito Federal.

Sem perda de tempo, o Marechal propõe, no dia seguinte, a Café Filho que baixe decreto desapropriando toda aquela área de 5.850 quilômetros quadrados. E justifica a necessidade imediata daquela providência em face da especulação imobiliária que ocorreria na região caso a notícia da escolha do local ocorresse sem ser precedida já do ato de desapropriação. E garante que a Comissão de Localização está guardando todo sigilo em torno da escolha feita.

Indeciso, Café Filho procura ouvir Temístocles Cavalcanti, seu Consultor-Geral, que o desanima do ato. E Café desilude José Pessoa, um dia após, quanto ao propósito de efetuar a desapropriação da área.

Esta omissão de maio do Presidente Café Filho não coincide com a ênfase de sua Mensagem de março ao Congresso Nacional, considerando "a mudança da Capital um dos problemas de maior relevância e que, por isso mesmo, deve figurar em posição destacada na ordem de prioridade" do atual Governo. E ressalta, ainda, Café Filho que "dentro dos vários fatores que impõem uma ação coordenada dos poderes públicos no sentido de encontrar uma solução e dar assim realidade ao imperativo constitucional", ressalta "a necessidade de implantar, no interior do País, um eixo vital de irradiação de progresso, capaz de promover não só melhor interligação do litoral com o centro, senão, também, e sobretudo, estimular a interiorização crescente da civilização brasileira".

UMA SOLUÇÃO INTERMEDIÁRIA

A negativa do Presidente Café Filho não convence nem desanima o Marechal. Consciente daquela necessidade mas sem querer tomar uma atitude que afrontasse a opinião do Presidente Café Filho, de quem era amigo particular, José Pessoa busca encontrar, rapidamente, uma fórmula intermediária que resolvesse a questão. Ouviu sobre a questão um seu amigo, ministro do Supremo Tribunal Federal, em busca de uma idéia, de uma opção.

Num avião da FAB se desloca no sábado 30 de abril para Goiânia, em companhia do seu Secretário Ernesto Silva, a fim de discutir o problema com o Governador José (Juca) Ludovico de Almeida.

Nem mesmo o Governador sabia da viagem do Marechal. A Rádio Clube de Goiânia é quem anuncia a sua presença em Goiás falando diretamente do Aeroporto, o que deixa o Marechal surpreso com um microfone à sua frente e a estação ao ar e, ao mesmo tempo, indeciso para dar qualquer declaração.

JUCA, A SOLUÇÃO

Durante toda a tarde do sábado 30 de abril de 55, José Pessoa e Ernesto Silva mantêm uma "reservadíssima reunião" com o Governador Juca de Almeida. Neste encontro, o Marechal e seu assessor procuram convencer o governador goiano de que a desapropriação era vital e, face a negativa de Café Filho, a única solução intermediária para a questão era o Governo de Goiás assumir a paternidade da desapropriação, tomando uma decisão histórica que, se de um lado, se impunha como imperativo nacional consubstanciado em todas as constituições republicanas, por outro, o Estado de Goiás, por uma fatalidade geográfica, vindo a ter dentro do seu território o novo Distrito Federal, usufruía, deste fato, inegáveis benefícios cujos efeitos se propagaria inclusive a toda a região central do País, além de fazer irradiar o progresso nacional do centro para a periferia. Daí compensar os riscos e as responsabilidades daquela atitude.

Os argumentos convenceram Juca de Almeida, que já se revelava entusiasta e apoiador das iniciativas do Marechal Pessoa. Para tornar aquela uma decisão coletiva, convocou, reservadamente, alguns de seus assessores e representantes do Legislativo e do Judiciário para uma reunião, em Palácio, no período da noite, mesmo sendo sábado, a fim de expor e decidir coletivamente sobre a questão.

O LOCAL: PLANALTINA

Enquanto se desenrolam, naquela tarde e noite de sábado, os entendimentos em Palácio, fora de cena se conhece dos assuntos em discussão.

Com a "dica" lançada pela sua co-

mã Rádio Clube, o jornal "Folha de Goiás" cai em campo, no mesmo sábado, e na edição de domingo 1º de maio prognostica, apesar de todo o sigilo que as autoridades estavam mantendo, que a Capital Federal seria na região de Planaltina, antevendo, assim, pela primeira vez, o pensamento do Marechal Pessoa e a decisão da Comissão de Localização da Nova Capital.

Um fato paralelo levou o jornal aquela afirmativa: a reportagem conseguira a informação de que o avião que conduziu o Marechal a Goiânia deveria, no dia seguinte, levá-lo a Planaltina.

UM "ATO HISTÓRICO"

Com base nas consultas e entendimentos que mantivera na reunião em Palácio e que se prolongara até a madrugada de domingo, o governador José Ludovico de Almeida elabora o ato pretendido pelo Marechal José Pessoa. Este não esteve presente à reunião, por motivo de saúde, ficando, em seu lugar, o seu assessor Ernesto Silva. Juca Almeida guarda até à noite completa reserva sobre o seu comportamento, para evitar explorações.

Convocando uma hora antes as figuras mais representativas do Estado, o governante goiano assina, na noite de domingo, um "Decreto Histórico segundo o jornal goiano "O Popular", considerando de utilidade pública as terras do futuro Distrito Federal, situadas no Planalto Central goiano e dentro do perímetro fixado pela Comissão de Localização da Capital Federal. Ernesto Silva diz que foi uma "belíssima reunião" e interpreta que "a indecisão do Presidente Café Filho transferiu tal glória ao Governador José Ludovico de Almeida".

O documento foi assinado, ainda, pelos Secretários Sebastião Camargo, Peixoto da Silveira, José Feliciano, Irani Alves, Angelo Milazzo e Jayme Câmara.

A convite do governador, coube ao senador Pedro Ludovico, fundador de Goiânia, a incumbência de informar aos presentes sobre a iniciativa do Governo de Goiás.

REPERCUSSÃO

Atora a natural posição laudatória dos jornais goianos - Folha de Goiás e O Popular - toda a imprensa brasileira dá ampla repercussão ao Ato de Goiás, com o incentivo das declarações de José Pessoa e a campanha mudancista que Jerônimo Coimbra Bueno mantinha semanalmente na revista "Sinfra", de penetração em todo o País.

O jornal carioca "Correio da Manhã", em editorial, vê no ato de José Ludovico de Almeida, "um passo decisivo para o cumprimento do dispositivo de todas as constituições da República". E aponta que "inúmeras razões geopolíticas e econômicas tantas vezes apontadas, indicam a conveniência da mudança". Alega, porém, que "o Governo não demonstra vontade alguma de tornar realidade o empreendimento".

Em Porto Alegre, o "Correio do Povo" diz que "a verdade é que já agora se sente e se percebe que a mudança da localização da Capital tem de sair".

A "Última Hora" chega a fazer uma enquete de opinião pública.

Peixoto da Silveira, em "O Globo", fala das vantagens da interiorização e do custo da cidade que será compensado com a venda dos lotes.

De Minas Gerais, Estado que lutara contra Goiás para ter a Capital em seu território, a "Folha de Minas" sai de manchetes afirmando que "Os Mineiros Comungam Com a Gente Goiana" e é o próprio Governador Clovis Salgado quem declara que "nenhuma providência é mais importante e mais urgente do que a mudança da Capital".

O Marechal promove uma exposição sobre os trabalhos da Comissão de Localização da Capital Federal, nos salões do Serviço Geográfico do Exército.

E a imprensa especula sobre uma possível viagem de Café Filho, em julho, ao local da futura Capital, onde D. Jaime Câmara celebraria uma Missa Campal. Os jornais de todo o País alimentam o noticiário com pesquisas históricas do movimento mudancista e já dão um nome à nova Capital: Vera Cruz, pois assim pensava o Marechal José Pessoa.

A repercussão chega ao exterior, tanto assim que o famoso arquiteto francês Le Corbusier propõe planejar a cidade. O possedista Juscelino Kubitschek de Oliveira, prega a transferência da Capital como a "Meta Síntese" do seu Governo, fato que já anuncia, pela primeira vez, em abril, na cidade de Jataí, Goiás, quando realizava ali o seu primeiro comício e foi indagado sobre qual a sua posição.

COOPERAÇÃO DE GOIÁS

A cooperação de Goiás em favor da transferência da Capital e das gestões do Marechal Pessoa não pararam naquele "Ato Histórico" de considerar as terras eleitas como de utilidade pública.

Uma série de outros fatos veio em sequência.

Dez dias depois, o governador goiano pede autorização legislativa para que se efetive a desapropriação das terras previstas pelo decreto que, a 30 de abril, recebera o número 480.

Em vinte e seis horas - recorde em tramitação legislativa -, os deputados aprovam, em quatro sessões consecutivas, a proposição governamental e, incorporados, vão ao Palácio das Esmeraldas para entregar, em mãos, ao governante o estatuto legal solicitado e que, de imediato, é sancionado, transformando-se na Lei de no. 1.071, A "Folha de Goiás" anuncia o fato com a seguinte manchete: "Votada a Lei mais importante da História de Goiás". O Governo já podia promover a desapropriação das terras consideradas de interesse e utilidade pública.

Ante a perspectiva da visita do Presidente Café Filho ao local e ofício litúrgico de uma Missa Campal, o governador José Ludovico de Almeida manda tomar uma série de providências na região.

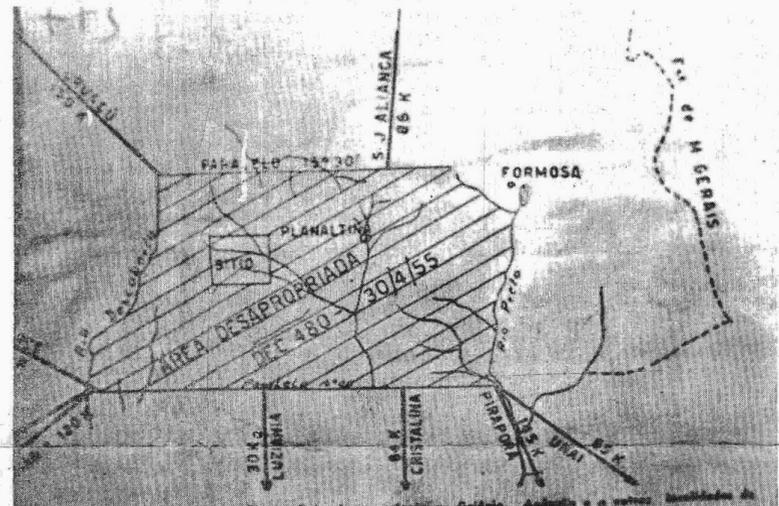
Assim, faz ir para a região da futura Capital o engenheiro e vice-Governador Bernardo Sayão que "arregaça as mangas" e em apenas trinta dias, ao longo do mês de maio de 55, abre estradas de acesso e melhora outras, além de construir uma pista de pouso com quase três mil metros e uma estação de passageiros feita com paus do cerrado e coberta com palhas de buriti.

De passagem pela Fazenda Gama, Sayão abre o cerrado e deixa pronto um pequeno campo de pouso perto da sede da fazenda, no local onde, depois, os amigos do Presidente Juscelino mandaram construir o "Catetinho".

E pensando na Missa, deixa logo pronto, na "Estação de Passageiros", um altar de madeira para ser deslocado, no dia, para o ponto mais alto da região. Sayão volta, depois, a 15 de junho de 55, ao local para fazer o primeiro pouso no campo de aviação que construiu. Em sua companhia, José Peixoto da Silveira, Secretário da Fazenda de Goiás, e o engenheiro Hermínio Pedrosa. Assim, estava testado e inaugurado o campo. E pensando ainda na Missa tão anunciada pela Imprensa, Bernardo Sayão, juntamente com Peixoto da Silveira e Hermínio Pe-



O marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da Capital, faz no "ato histórico", tendo, à sua esquerda, o governador José Ludovico de Almeida (terno preto).



A área escolhida pela Comissão e que o Governo de Goiás desapropriou quando a tarefa era do Governo da União.



Depois de abrir um campo-de-pouso de quase 3.000 mil metros, Bernardo Sayão fez também uma "estação de passageiros" a primeira de Brasília.



Abraçando o governador José Ludovico de Almeida, o marechal José Pessoa recebe cumprimentos do senador Pedro Ludovico.



Após a assinatura do decreto, o governador Juca Ludovico e o Marechal José Pessoa fazem uma foto juntamente com personalidades da vida goiana.

droso, finca uma cruz, tocas, na parte mais elevada da região. Esta cruz, feita de madeiras do cerrado, deu origem ao nome do local: Cruzeiro, ponto histórico e de atração turística de Brasília.

XXX

Por sua vez, a bancada goiana no Congresso endereça, no final do primeiro semestre de 55, um Memorial ao Presidente Café Filho pedindo que homologue, por decreto, o local da nova Capital, o que não foi atendido em razão de parecer do Consultor Temístocles Cavalcanti.

Muitos outros fatos vieram ainda marcar o apoio do povo goiano ao ideal que vinha desde Tiradentes e se consagrara em três Constituições da República.

E um dos pontos altos foi a criação de uma Comissão de Cooperação Para a Mudança da Capital Federal, no propósito de promover a árdua e onerosa missão de desapropriar, amigavelmente, toda a área do futuro Distrito Federal. José Ludovico Almeida empossa os membros da Comissão e entrega sua presidência a uma das figuras mais criteriosas de comunidade "já que ia lidar com muito do pouco dinheiro do Estado". A significati-va função foi entregue ao médico e pecuarista Altamiro de Moura Pacheco que, ainda no mesmo ano de 55, realiza a primeira desapropriação amigável, ou seja, a "Fazenda Bananal", com 23 mil hectares e cuja área geográfica representa a quase totalidade do "Sítio Castanho" (o Plano Piloto de Brasília).

JOSÉ PESSOA EM AÇÃO

Enquanto Goiás toma esta série de providências, a seu pedido, o Marechal José Pessoa aciona outros setores e executa outras medidas ao longo do ano de 55.

Em contatos com a Paulista de Estradas de Ferro, propõe e estende os seus trilhos de São Paulo até o local da futura Capital.

Igualmente, procura convencer o governador Jânio Quadros de São Paulo, para que promova a interligação rodoviária de São Paulo com o local da nova Capital, pelo grande interesse comercial que isto representaria para a indústria paulista.

Do Marechal Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, encontra grande receptividade para a criação e instalação de um Batalhão de Engenharia na cidade de Formosa, a fim de dar cobertura às obras de construção da cidade.

XXX

No Relatório que encaminha ao Presidente Café Filho contendo as conclusões da primeira fase dos trabalhos da Comissão de Localização da Capital Federal, o Marechal José Pessoa, depois de tecer uma série de considerações sobre os trabalhos desenvolvidos, faz aos brasileiros, na pessoa do Chefe da Nação, um apelo para que reconheçam que não se pode mais adiar a solução deste problema vital, tão angustiante ele se apresenta.

E termina o Relatório, contendo a decisão sobre a escolha do sítio e do perímetro territorial da futura Capital, afirmando que a concretização daquele ideal "será um dos maiores acontecimentos da história brasileira, porque encerra também a maior oportunidade de uma ressurreição político-econômico-administrativa e, ao mesmo tempo, oferece a enorme oportunidade de abrir as portas da imortalidade ao grande patriota e eminente homem público que concretizar a cicloplena e consagrada obra da construção da terceira metrópole brasileira".

Além de iniciativas relacionadas ao planejamento rodoviário e ferroviário para o acesso ao futuro Distrito Federal, o Marechal José Pessoa manda elaborar, através de concorrência, as cartas geográficas do "Sítio Castanho", faz executar o esquema de águas e esgotos, os estudos de aproveitamento da Cachoeira do Paraná e a formação de núcleos de colonização na área, pelo INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização, visando o abastecimento da população futura.

Dois meses antes de se afastar do Governo, por motivos de saúde, o Presidente Café Filho aprova e homologa, a 8 de setembro de 55, as conclusões do Relatório da Comissão presidida pelo Marechal José Pessoa, consagrando, assim, a escolha do local da nova Capital brasileira.

O MOMENTO NACIONAL

No final do ano de 1955, o Brasil vive uma fase de transição em consequência do afastamento, em novembro, do Presidente Café Filho, da Chefia da Nação, por motivos de saúde. O presidente da Câmara deputado Carlos Luz, assume o cargo, demorando-se nele apenas alguns dias, de vez que é afastado e convocado para assumir em seu lugar, no mesmo mês de novembro, o Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos.

Um mês depois de assumir o Governo, o Presidente Nereu Ramos transforma, através de decreto, a Comissão de Localização da Capital Federal em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital. Em dezembro, o Orçamento da União já prevê uma verba para as despesas de desapropriação da área demarcada, encargo que vinha sendo assumido pelo Governo de Goiás.

Apesar das alterações no quadro governamental, o Marechal José Pessoa permanece à frente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança até maio de 56, já no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A DEMISSÃO DO MARECHAL

Por incompatibilidade de pontos de vista, o Marechal José Pessoa passa, em maio de 56, a presidência da Comissão ao General Aureliano Farias e pede ao seu Secretário Ernesto Silva que faça entrega ao Chefe da Casa Militar do Governador da República, de uma carta sua de demissão, em caráter irrevogável.

Duas são as versões dadas à demissão de José Pessoa.

Uma de Ernesto Silva, Secretário da Comissão, e segundo qual a demissão ocorreu em virtude de o Marechal "não concordar com a interferência de outras pessoas, amigas do Presidente, nas questões internas da Comissão".

Outra, do Presidente Juscelino, revelando do que o fato ocorreu em face de divergências de opinião entre ambos: "JK pretendia efetuar a mudança de forma global em um só estágio e o Marechal preferia que a recomendação do Relatório Donald Belcher de que o crescimento da cidade se processasse "em estágios".

Para o lugar do Marechal José Pessoa, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira designa o auxiliar mais próximo do Marechal, o dr. Ernesto Silva.

Ernesto Silva permanece quatro meses à frente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital até a sua extinção, em setembro de 56, em face da Lei que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP.